

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA – PARANÁ: das escolas rurais às escolas do campo

Liriani de Lima Santos¹

Resumo

A pesquisa retrata o histórico da educação do campo no município de Terra Boa, localizado na mesorregião centro-ocidental do estado do Paraná, em três momentos: o primeiro diz respeito à criação das escolas rurais e se relaciona ao processo de colonização realizado no município, efetivado por uma empresa privada. À medida que os lotes urbanos e rurais iam sendo comercializados, a demanda por escolas aumentava. Tanto a empresa quanto o estado procurou atender as necessidades da população, a primeira, cedeu lotes para a construção de escolas e o segundo organizou e responsabilizou-se pela manutenção do ensino. Em um segundo momento, seguindo a tendência que ocorria no estado do Paraná, as escolas rurais do município foram sendo extintas. Fatores como a diminuição da população rural frente ao processo de modernização da agricultura e, principalmente, as políticas educacionais, foram os responsáveis pelo fechamento destas escolas. Por último é abordada a política para educação do campo existente no Paraná e a instituição das escolas do campo no município.

Palavras-chave: Educação do campo, Paraná, Terra Boa

Introdução

Criado a partir da pequena propriedade, no início dos anos 1950, quando foi necessário, o município de Terra Boa abriu-se à experiência da agricultura moderna, implementada no estado a partir de 1970: tecnologias de cultivo, substituição da cultura cafeeira pela produção de *commodities* (binômio soja/trigo) e ampliação das áreas de pastagens.

A rápida urbanização do município impulsionada pelo processo de modernização da agricultura marcou a concretização de políticas educacionais voltadas para uma educação urbana, influenciando na diminuição do número de estudantes nas escolas rurais.

Para a realização da pesquisa os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso (GIL, 2008, p. 50 e seg.). Durante a pesquisa foi encontrado um acervo incompleto e disperso referente a escolas rurais, que, embora esteja sob os cuidados da prefeitura municipal, necessita de uma atenção maior, a fim de se manter preservada este importante patrimônio documental. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores que atuam nas escolas do campo do

¹UEM/Universidade Estadual de Maringá – liri_li@hotmail.com

município e que objetivam conhecer a realidade destas instituições e de que forma é mantida e valorizada a cultura do campo.

A formação do município e as escolas rurais

A (re)ocupação da atual área pertencente a Terra Boa se insere dentro do processo colonização e planejamento efetivado por uma empresa privada de origem inglesa, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que após 1944 passou para o controle brasileiro.

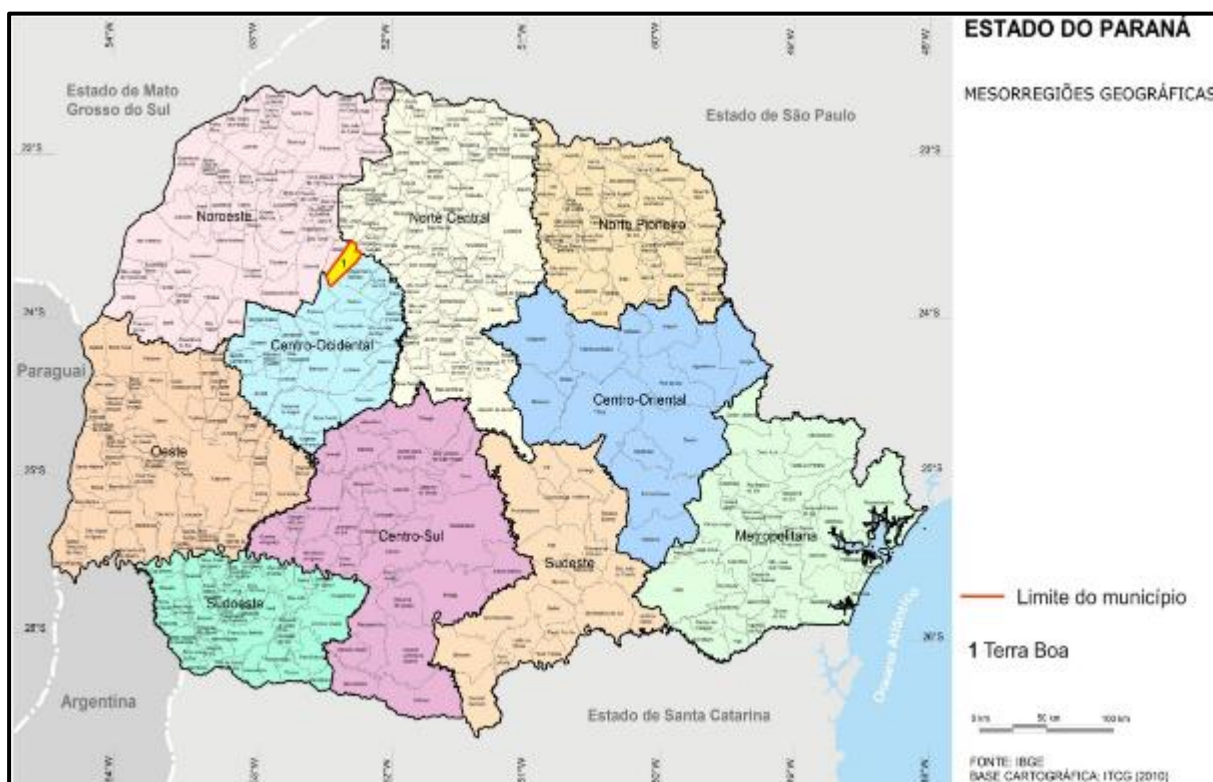


Figura 01- Localização do município de Terra Boa
 Fonte: A autora (2017)

A empresa foi responsável pela repartição e comercialização de lotes rurais e urbanos e por dotar o município de uma infraestrutura básica como construção de uma estação de transportes rodoviários, estradas, pontes, instalação do seu escritório de vendas, entre outros equipamentos que garantiriam condições de permanência a população que viria a se instalar na cidade e na zona rural, sem ônus para o governo.

As primeiras escolas rurais surgiram nos espaços públicos de convívio caracterizados pela presença de uma capela católica, um campo de futebol e/ou de bocha² e uma venda. O tamanho destas construções variava conforme o número de habitantes e inicialmente eram erigidas em madeira, material abundante na época. Outras escolas foram posteriormente construídas em pontos estratégicos fora dos espaços públicos de convívio, mas geralmente no início ou meio das estradas rurais.



Figura 02- À esquerda: capela ainda em funcionamento. Ao centro: escola rural desativada
 Fonte: A autora (2016)

Conforme a colonização do norte paranaense avançava as escolas rurais iam se disseminando. Tinham-se assim duas necessidades sendo satisfeitas: a ocupação do território e a garantia da escolarização primária, hoje denominada de educação básica ou anos iniciais do ensino fundamental.

Ávila (2013, p. 32) aponta que “as escolas primárias localizadas na zona rural brasileira receberam ao longo da Primeira República diferentes denominações conforme a região em que estavam instaladas [...]” Desta forma, nomenclaturas como escolas preliminares, escolas rurais, escolas isoladas, escolas isoladas rurais e escolas rudimentares foram utilizadas para designá-las (ÁVILA, 2013, p. 32).

Caracterizavam-se por um ensino organizado em classes multisseriadas e unidocentes. Ou seja, havia somente uma sala de aula e apenas um professor, que ministrava aulas para um grupo de estudantes em estágios diferentes de aprendizagem. Era comum o professor dividir a

² Tipo de esporte bastante popular entre os descendentes de italianos.

sala em “blocos”, separando grupos de alunos de acordo com o nível de aprendizagem em que se encontravam.

Nestas escolas não havia o cargo de diretor ou pedagogo, sendo muito rara a presença de outro funcionário que auxiliasse na limpeza ou preparação da merenda escolar. Estas atividades acabavam ficando sob a responsabilidade do professor. Devido à escassez de recursos os estudantes eram estimulados a levar algo para complementar à merenda (alguma verdura ou legume). O professor geralmente residia próximo a escola, e quando não, deslocava-se até ela de carroça ou charrete, tendo o inconveniente da poeira na época da seca e o barro na época das chuvas. O grau de escolaridade do professor era baixo, a grande maioria possuía apenas o ensino fundamental completo, sendo que o nível mais elevado não ultrapassava o ensino médio.

As primeiras escolas careciam de uma infraestrutura básica como saneamento, energia elétrica, biblioteca e transporte para os estudantes. Com o crescimento da população rural e consequente aumento do número de estudantes, as primeiras escolas de madeira cederam lugar a escolas de alvenaria, com a instalação de banheiros, bebedouro e cozinha, porém, o ensino permanecia multisseriado e centrado em um único professor.

A extinção das escolas rurais

A instituição da LDBN 5692/71 estendeu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino para 8 anos, mas transferiu para os municípios a sua implementação. O Plano Estadual de Educação e Cultura, base para ações a serem implementadas no período de 1976 a 1979 no estado do Paraná, também previa a transferência das responsabilidades de manutenção das escolas rurais para os municípios.

Como objetivo de reduzir custos as escolas rurais e multisseriadas de menor porte passaram a ser desativadas. Os estudantes das várias escolas fechadas seriam atendidos em uma escola maior, processo conhecido como nucleação, nuclearização ou ainda consolidação.

Além da redução de gastos a nucleação das escolas pretendia melhorar a qualidade do ensino por meio da ampliação e melhoria do espaço físico, da qualificação do professor e da oferta de recursos didáticos. A consolidação das escolas rurais já havia sido posta em prática em meados do século XIX nos Estados Unidos, porém naquele país:

“As vantagens e desvantagens da consolidação foram amplamente discutidas [...] enquanto se ampliam os anos de escolaridade dos alunos e os tipos de cursos ofertados, as escolas são melhor equipadas e aumenta o número de alunos que

concluem o curso secundário e ingressam em universidades. Enfraquecem-se, por outro lado, os laços existentes entre a escola e a comunidade; aumentam um pouco os custos de manutenção do sistema; os alunos precisam percorrer longos trajetos em ônibus; e as decisões importantes são tomadas por um Conselho Municipal, com pouca participação dos pais. Os índices de reprovação aumentam em decorrência da adoção de padrões de ensino mais elevados [...]” (RAMOS, 1991, p. 20).

Mesmo recebendo críticas dentro do próprio país o modelo foi transposto para o Brasil, e, devido às peculiaridades brasileiras notoriamente não obteve os mesmos resultados positivos. Ainda segundo Ramos (1991, p. 20) a partir de 1975 a ideia de consolidação das escolas rurais começa a se desenvolver com o surgimento do PROMUNICÍPIO (Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município) e posteriormente do PRO-RURAL (Projeto Integrado de Apoio do Pequeno Produtor Rural) que deram suporte financeiro para a construção das novas escolas.

A municipalização, ou seja, a transferência da responsabilidade de manutenção das escolas rurais do estado para os municípios contribuiu sobremaneira para a extinção destas instituições, com o agravante de não ter existido o envolvimento da comunidade escolar durante o processo concebido pelo Estado. Analisando as documentações das escolas rurais do município percebe-se que não constam registros sobre a participação da comunidade na tomada de decisões referentes à transferência dos estudantes para outras escolas ou no processo cessação. Diante de uma decisão arbitrária vinda do Estado, restou à prefeitura municipal pedir a cessação das atividades escolares.

A zona rural que desde o início da ocupação oficial não recebia atenção por parte do Estado quanto a políticas públicas dirigidas a educação, perde de vez a visibilidade. As escolas rurais que surgiram desde os primeiros anos de criação do município – 30 ao todo – acabaram sendo extintas até finais da década de 1990. O ápice e o declínio das escolas coincidem respectivamente com o período de concentração da população no espaço rural e o posterior esvaziamento do campo, conforme demonstram os Censos demográficos.

A diminuição da população rural no estado do Paraná como um todo e no município de Terra Boa em particular, serviu de justificativa para a retirada dos recursos destinados as escolas rurais.

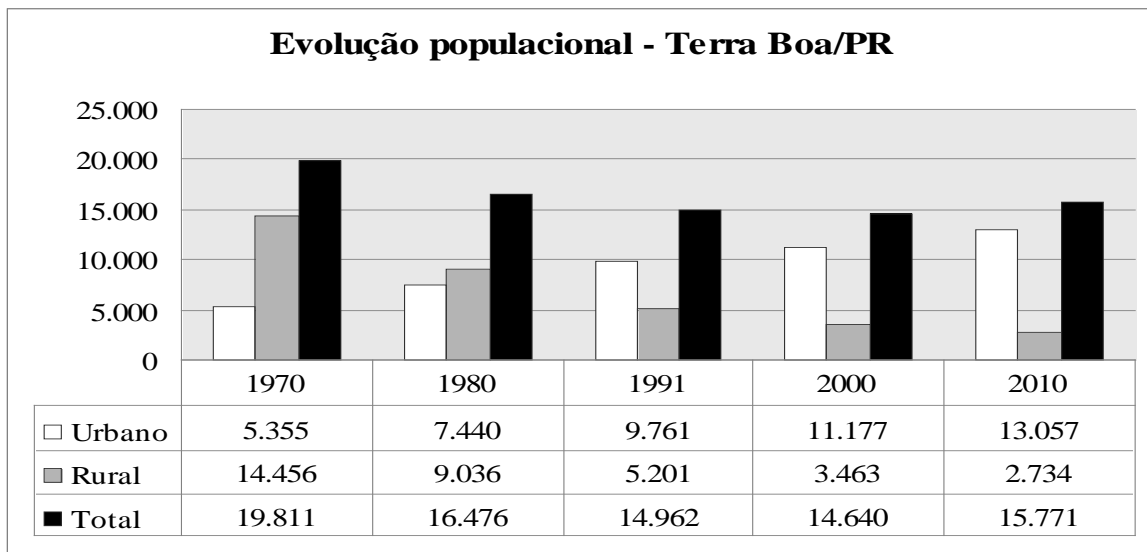


Gráfico 01- Evolução populacional do município de Terra Boa no período de 1970 a 2010.
 Fonte: IBGE. Organização: Santos, Liriani de Lima.

A história aponta para a negação de um direito básico aos trabalhadores do campo: condições de acesso e permanência em uma educação do campo pública e de qualidade. As políticas educacionais ao buscarem garantir o acesso à educação o fizeram por meio da transferência dos estudantes de seu espaço social, econômico e cultural, para as cidades, por meio do transporte escolar. Nesse sentido, houve a rejeição de uma cultura rural e a negação de que o aprendizado e desenvolvimento humano pudessem acontecer fora de um ambiente que não fosse o urbano-industrial. Conforme aponta Santomé (1995, p. 161) “as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação.”

Por uma educação do campo

A LDBEN 9394/96 representa um avanço em relação à educação do campo, pois, pela primeira vez houve uma referência em lei com relação à diversificação da oferta de educação básica para a população rural. O artigo 28 da referida lei prevê a adequação dos conteúdos curriculares e metodologias as necessidades e interesses dos estudantes; adequação escolar própria, inclusive adaptação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e condições climáticas e, por fim, adequação à natureza do trabalho da zona rural.

Outras leis como a Resolução CNE/CEB nº 01, DE 3 DE ABRIL DE 2002, Resolução CNE/CEB nº 02, de 28/04/2008, Parecer CEE/CEB nº 1011/2010 de 06/10/2010 e Resolução nº 4783/2010 - GS/SEED, tratam da concepção de educação do campo, das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, das diretrizes complementares e institui a educação do campo como uma política pública. As datas de criação das referidas leis demonstram que houve um espaço de tempo entre o surgimento LDBEN 9393/96 e a execução de normas que regessem a educação do campo, sendo estas, frutos da reivindicação de movimentos sociais e sindicais do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que anseiam por uma educação pensada para e pela população do campo.

Em 2003, foi criado no Paraná a Coordenação Estadual da Educação do Campo, vinculada ao Departamento de diversidade da Secretaria de Estado da Educação, responsável por implementar políticas públicas para atender os estudantes que vivem no campo, sendo consideradas como escolas do campo as unidades presentes em ilhas, acampamentos, quilombos e itinerantes.

Em 2011 duas escolas do município de Terra Boa, passaram a ser reconhecidas como escolas do campo. Ambas as escolas localizam-se no distrito de Malu, e atendem estudantes dos anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). As escolas funcionam em dualidade administrativa, ou seja, utilizam o mesmo prédio escolar.

Segundo reportagens veiculadas na época, a mudança tinha por objetivo manter e valorizar a cultura do campo, pois 80% dos estudantes que frequentavam as escolas provinham da zona rural. A necessidade de valorização cultural dos estudantes também se encontra registrada no Projeto Político Pedagógico – PPP³ – das escolas, onde consta que “o processo para definir a identidade da escola envolveu a comunidade escolar e local e justificou-se pela realidade socioeconômica e cultural dos sujeitos que compõem a comunidade.”

O documento ainda esclarece que:

“[...] a concepção de Educação do Campo defendida é aquela que não secundariza o conhecimento científico às práticas e vivências cotidianas dos educandos, ou seja, valorizam-se as práticas do campo no currículo sem deixar de dar primazia ao

³ Documento construído coletivamente pela comunidade escolar e que tem por objetivo nortear o planejamento e o acompanhamento das atividades de uma instituição de ensino.

conhecimento elaborado, fazendo com que a prática social inicial dos nossos estudantes seja sempre potencializada por meio de uma mediação intencional [...]" (PPP, 2016, p. 06).

Em entrevista com os docentes das instituições verificou-se que apesar de previsto no Projeto Político Pedagógico, a educação do campo não é tratada de forma efetiva, pois as aulas, os conteúdos e o calendário escolar de ambas as escolas seguem o mesmo padrão das escolas urbanas do município. Ainda segundo os professores, a ausência de uma formação específica para a educação do campo contribui para que a prática pedagógica na escola não promova integralmente a articulação entre os conteúdos e os aspectos da realidade dos estudantes. Ainda assim, a um esforço para que os conteúdos estejam relacionados com a vivência dos alunos.

Para os professores embora a educação do campo tenha se materializado nos documentos que norteiam a educação nacional e estadual e venha se firmando como um novo paradigma para o currículo e para a prática pedagógica é preciso uma maior atenção na formação dos docentes que ministram aulas nas escolas do campo. Trocas de experiências, sugestões de encaminhamentos metodológicos, entre outras ações, deveriam estar na pauta das formações continuadas previstas em calendário escolar.

Considerações finais

Embora o trabalho ainda se encontre incipiente é possível inferir que o processo de extinção das escolas rurais no município seguiu uma tendência nacional que se desenrolava da seguinte forma: a política agrícola adotada pelo país trouxe, entre inúmeras consequências, o êxodo rural, que contribuiu de forma intensa para o fim das escolas rurais, porém, as políticas educacionais acabaram agilizando o processo, pois toda a responsabilidade pela manutenção do Ensino Fundamental passou para a esfera municipal, fazendo com que no município todas as escolas rurais estivessem extintas até o final da década de 1990.

Quanto à garantia da oferta de uma educação básica e diversificada para a população rural tratada na LDBEN 9394/96 acredita-se que a extensão territorial do país e as diferenças regionais não devem ser vistas como obstáculos, mas como desafios que garantirão a efetivação de um direito das populações do campo que por tantos anos receberam uma educação importada das cidades, fruto de uma visão que considerava o campo inferior ao espaço urbano. Para que a educação do campo não fique apenas registrada em documentos,

mas seja efetivada nas escolas é de suma importância que os professores recebam formação e aproximem os conteúdos a realidade dos estudantes, contribuindo para que a escola seja espaço de debate e valorização da cultura do campo.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952):** uma abordagem comparada. 2013. 214 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2017.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3. ed. 2013. Disponível em: <<http://www.cmpn.com.br/melhoramentos/50anos-cmpn/>> Acesso em 05 de fevereiro de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Séries Estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

MSWI. Terra Boa ganha Escolas do Campo. **Tribuna de Cianorte**. Cianorte, 26/06/2011. Disponível em: <<https://www.tribunadecianorte.com.br/noticia/terra-boa-ganha-escolas-do-campo>> Acesso em: 07 de abril de 2017.

Parecer CEE/CEB nº 1011/2010 de 06/10/2010 – **Institui a Educação do Campo como uma Política Pública**. Disponível em: <www.cee.pr.gov.br>. Acesso em 05 de março de 2017.

RAMOS, Lilian M. P. de Carvalho. **Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense**. Cad. Pesq., São Paulo (77): 19-23, maio 1991. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Resolução CNE/CEB nº 01, DE 3 DE ABRIL DE 2002 – **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 05 de março de 2017.

Resolução CNE/CEB nº 02, de 28/04/2008 – **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 05 de março de 2017.

Resolução nº 4783/2010 - GS/SEED – **Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional**. Disponível em: <www.legislacao.pr.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2017.

SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: Silva, Tomaz T. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TERRA BOA. Distrito de Malu. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Estadual do Campo Manoel Antônio da Cunha - EF. 2016.

TERRA BOA. Distrito de Malu. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal do Campo Manoel Marques Rosa - EIEF. 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: histórias e fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 1997. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br>> Acesso em: 20 de abril de 2017.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.